



# O PEDIDO NOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS CÍVEIS

LUIZ FERNANDO SILVEIRA NETTO

*Assessor Jurídico da Secretaria de Administração e Recursos Humanos  
Mestre em Processo Civil pela PUC – RS e Professor de Direito*

*Sumário:* 1. Pedido – 2. O salário mínimo como alçada competencial – 3. Inépcia da inicial – 4. Cumulação de pedidos – 5. Valor do pedido – 6. O pedido do dano moral – 7. Dano moral e suas bases – 8. Conclusão – Bibliografia

**PALAVRAS CHAVE:** Processo Civil. Pedido. Indenização. Dano Moral.

## 1. Pedido<sup>1</sup>

A Lei n. 10.259/01 não cuida do pedido pelo mesmo prisma que o faz o Código de Processo Civil. Embora haja pontos convergentes, há

outros em que o microssistema respira com intensidade nos ares dos seus princípios, notadamente informalidade e simplicidade.

O processo, nos chamados novos juizados, poderá se instaurar sem petição, pois basta que o autor, oralmente, o formule à serventia judiciária.

---

1 *LEI N. 9.099/95*

ART. 14

O processo instaurar-se-á com a apresentação do pedido, escrito ou oral, à Secretaria do Juizado.

§ 1º – Do pedido constarão, de forma simples e em linguagem acessível:

I – o nome, a qualificação e o endereço das partes;

II – os fatos e os fundamentos, de forma sucinta;

III – o objeto e seu valor.

§ 2º – É lícito formular pedido genérico quando não for possível determinar, desde logo, a extensão da obrigação.

§ 3º – O pedido oral será reduzido a escrito pela Secretaria do Juizado, podendo ser utilizado o sistema de fichas ou formulários impressos.

ria, a qual o reduzirá a escrito (§ 3º do artigo 14 da Lei n. 9.099/95). É que a lei estabelece sua apresentação (escrita ou oral) sem cogitar de *petição inicial*. Assim, lógico concluir que, afora o exigido pelo indigitado artigo 14 (nome, qualificação, endereço das partes, fatos e fundamentos, objeto e seu valor), o autor está desonerado de observar a formalidade da referida petição, na forja do artigo 282 do CPC.

Nesse sentido, até a falta de assinatura não conspira contra a aceitação do pedido, pois a Secretaria Judiciária receptora da reclamação confere seriedade ao formulado pelo autor.

A lei também dispensa menção a fatos e fundamentos *jurídicos*, regra insculpida no macrossistema (artigo 282, III, do CPC); isso tem atraído a atenção da doutrina, havendo quem entenda dispensável demonstrar quão jurídicos são os fundamentos,<sup>2</sup> enquanto que outros asseveram adotada nos juizados especiais a *teoria da substanciação*<sup>3</sup> e assim requerer a atenção dos operadores do Direito bem como da Secretaria do Juízo (quando reduza a escrito o pedido formulado oralmente).<sup>4</sup> A nota, contudo, há de ser a menção a fatos e fundamentos dos quais se possa extrair o *traço* jurídico, com a identificação da causa

---

#### ART. 15

Os pedidos mencionados no art. 3º desta Lei poderão ser alternativos ou cumulados; nesta última hipótese, desde que conexos e a soma não ultrapasse o limite fixado naquele dispositivo.

#### ART. 16

Registrado o pedido, independentemente de distribuição e autuação, a Secretaria do Juizado designará a sessão de conciliação, a realizar-se no prazo de quinze dias.

#### ART. 17

Comparecendo inicialmente ambas as partes, instaurar-se-á, desde logo, a sessão de conciliação, dispensados o registro prévio de pedido e a citação.

Parágrafo único – Havendo pedidos contrapostos, poderá ser dispensada a contestação formal e ambos serão apreciados na mesma sentença.

2 ROCHA, Felipe Borring. *Juizados especiais cíveis*, p. 89.

3 Enquanto que pela teoria da individuação basta expor a relação jurídica (a relação “*ex-locatio*”, por exemplo), pela teoria da substanciação se faz necessário, além disso, menção ao fato (qual relação “*ex-locatio*”). De se observar que o CPC exige a teoria da substanciação (item III do artigo 282), e em alguns casos expressamente dispõe sobre essa exigência, como se vê no artigo 908, em que a petição do pedido de anulação e substituição de título ao portador deverá mencionar a quantidade, espécie, valor nominal e atributos que o individualizem, a época e o lugar em que o adquiriu, as circunstâncias em que o perdeu e quando recebeu os últimos juros e dividendos.

4 ALVIM, José Eduardo Carreira. *Juizados especiais federais*, p. 153.

próxima (a relação jurídica/situação jurídica afirmada), da causa remota (o fato ou os fatos contrários ao direito) e a causa necessária (a injustificada resistência à pretensão), para isso colaborando ambas as partes e até o juízo, já que o autor necessariamente não traz consigo conhecimentos científicos do Direito para ter a melhor compreensão do assunto. Esse esforço, contudo, não se extremará a ponto de *eliminar* o princípio da demanda ou do dispositivo: como adverte JOEL DIAS FIGUEIRA JÚNIOR,

“...os requisitos dispostos no artigo 14 da Lei 9.099/95 haverão de ser interpretados sistematicamente com o artigo 282 do CPC e, minimizados e temperados em seus rigores, sem serem descurados, contudo, em face dos princípios orientadores do referido microsistema, notadamente a simplicidade e a informalidade (art. 2º).”<sup>5</sup>

FELIPPE BORRINO ROCHA destaca alguns aspectos interessantes acerca do pedido, dentre eles: a dispensabilidade de fundamento legal, exigível – porém – colação de direito municipal, estadual ou estrangeiro (artigo 337 do CPC), e possibilidade de emendar o pedido na audiência de instrução e julgamento, desde que respeitada a concordância da ré já citada (artigo 267, § 4º

do CPC), “*ainda que não compareça na sessão de julgamento.*”<sup>6</sup>

A lei não assume coerência com a técnica, pois menciona “*objeto e seu valor*”, podendo suscitar nos menos avisados a idéia de estar dizendo outra coisa que não “*pedido e seu correlato valor*”. A doutrina, entretanto, informa que “*objeto e pedido são expressões sinônimas, embora o legislador às vezes use uma, às vezes outra; mas, sempre, com idêntico significado.*”<sup>7</sup>

No mais, é com o esforço intelectual dos magistrados dos juizados especiais em face dos casos concretos, que o brocardo *iura novit curia* robustecerá a jurisprudência sobre a inicial (ou “pedido”).

## 2. O salário mínimo como alçada competencial

Tanto quanto as partes, o próprio juiz aferirá o valor indicado no pedido, pois disso depende o processo e julgamento da causa nos referidos juizados. Nesse trabalho, alguns cuidados se impõem, já a partir da constatação de que o salário mínimo a considerar é o vigente no dia do ajuizamento; e que ele é o salário mínimo nacional, desimportando existir salário mínimo regional. Por que salários mínimos

5 Juizados especiais federais cíveis e criminais, p. 239.

6 Juizados especiais cíveis, p. 90-91.

7 CARREIRA ALVIM, José Eduardo. *Ob. cit.*, p. 154.

como parâmetro? “Porque (a lei) pretendeu ser mais aberta ao entendimento pela própria clientela do Juizado Especial, gente humilde e despreparada, que compreende muito bem a linguagem dos salários mínimos.”<sup>8</sup>

Outras recomendações vêm da doutrina, para a qual não se levarão em conta:

“(…) as elevações ulteriores do salário mínimo (...) o crescimento do valor devido, em virtude de correção monetária e juros que se vencerem depois. O valor do pedido será aferido pelo principal e, sendo o caso, juros vencidos até então (porque eles se consideram incluídos, ainda que não pedidos expressamente: CPC, art. 293). No caso de correção monetária ou da intercorrência de qualquer outra causa de atualização do crédito antes da propositura da demanda inicial, entende-se que o pedido principal terá o valor atualizado e não o histórico. Depois, poderão vencer-se mais juros, mas isso não influi na competência do juizado. Pode também ocorrer que, evoluindo a correção monetária mais velozmente que a atualização do salário mínimo, no momento da sentença o principal corrigido signifique mais do que quarenta salários mínimos; isso é também irrelevante, seja na determinação da competência, seja na definição da correlação entre a sentença e o pedido. (...)”<sup>9</sup>

Afora o valor que deva ter (equivalente a sessenta salários mínimos), a Lei n. 10.259/01 não fornece outro balizamento para o pedido, senão quando cuida da competência material, para dela excluir as causas, como referidas no artigo 3º, §1º. Diante disso, é de se afirmar que quanto ao pedido se aplica a Lei n. 9.099/95, na qual o tópico mereceu uma seção inteira (V), com quatro artigos (14 a 17).

Havendo litisconsórcio ativo, há que se considerar o limite de sessenta salários mínimos por litisconsorte, segundo alguns. Aqui já um nódulo a ser desbastado pela jurisprudência. Qualquer interpretação mais elástica, poderá afetar a pouca complexidade que há de reger as causas oferecidas em tal justiça especial, sob pena de descumprir o comando constitucional que trata da matéria (artigo 98, I).

De outra parte, não parece ter sido a melhor solução a adotada pela Turma Recursal do Rio Grande do Sul, que no processo n. 2002.71.00.008151905, por unanimidade, “entendeu que o limite de 60 (sessenta) salários mínimos referidos no art. 3º da Lei 10.259/01, deve ser considerado em relação a cada pedido formulado pelo autor, evitando a multiplicação de ações.” (Sessão de 15.07.2002). Assim se entende, porque, diante da

8 DINAMARCO, Cândido Rangel. *Manual dos juizados cíveis*, 2ª ed., p. 124.

9 DINAMARCO, Cândido Rangel. *Manual dos juizados cíveis*, p. 57.

obrigatória aplicação subsidiária no caso, há expressa vedação legal para essa solução (artigo 15); além disso, a aparente economia processual esbarra na maior complexidade da matéria, transformando os juizados especiais federais cíveis em justiça comum, onde uma *única* sentença venha a condenar a administração no equivalente a *n-vezes* sessenta salários mínimos, tomando tal autor o espaço destinado para quem a lei pensou em assistir: o que busca numa única ação um pedido equivalente a sessenta salários mínimos. Além disso, a admissão desse entendimento burla a lei, a qual limita o *pedido* (assim entendido nos termos da Lei n. 9.099/95) à alçada competencial, conforme o referido o artigo 15.

Diversamente do que ocorre na Justiça Comum, o pedido nos juizados poderá ingressar até mesmo de forma oralizada, o que será feito a servidor da Secretaria, a quem incumbirá reduzir a escrito a pretensão exposta pelo autor. Embora não seja exigência legal, de todo conveniente que o servidor dessa tarefa esteja bem familiarizado com as regras mínimas que permitem o acolhimento de uma petição judicial inicial. A doutrina, por sua vez, faz a anatomia do pedido, para dizer:

*"O autor, ao ingressar em juízo, a um só tempo formula dois pedidos: a) aquele consistente no bem da*

*vida reivindicado (o dinheiro, na ação de cobrança; o imóvel, na ação de despejo) e b) aquele representado pela natureza do provimento jurisdicional que exige a modalidade da tutela que pretende (declaratória, constitutiva, condenatória, executiva ou mandamental). Sendo pedido, pois, o verdadeiro objeto da demanda, representa aquilo que o autor pretende obter com a prestação da tutela jurisdicional reclamada; é a conclusão lógica da exposição dos fatos e dos fundamentos jurídicos que dão suporte à demanda, dividindo-se o pedido, como se viu, em mediato e imediato. Para os efeitos de individualização de demandas, importa destacar que a variação do pedido, por si só, representa também a variação da ação. Assim, cumpre observar que, na verdade, o pedido contém dois objetos, e, para que haja perfeita identidade de ações, é necessário que ambos os objetos se identifiquem, pois a variação de um deles importará na variação da demanda e, por decorrência, na impossibilidade da presença do instituto da coisa julgada."*<sup>10</sup>

A União obterá, na forma dos pedidos, um rico material para reflexão acerca dos acertos ou desacertos de sua conduta administrativa, tanto nas grandes questões de direito, quanto nas menores, em que seus agentes procedem na prestação de serviços públicos. É de se esperar uma variedade de matérias

atinentes ao Regime Jurídico Único (caso dos servidores federais civis), ao Estatuto dos Militares, como também várias daquelas que movimentam os foros dos juizados especiais estaduais; e nesses:

“(...) são cabíveis todas as causas de rito ou procedimento sumário que não excedam quarenta salários mínimos (...). Os acidentes de trânsito onde haja ocorrência de danos materiais ao veículo ou a pessoa nele envolvida, as despesas ocasionadas por ele, sejam elas médicas ou decorrentes de conserto do veículo, poderão ser cobradas. Podendo ainda serem incluídos os lucros cessantes. Qualquer tipo de prestação de serviço (como obras, transportes, decoração, instalações, vigilância, manutenção de bens) que seja realizada com defeito, vício, de forma diversa da combinada ou contratada, ou não sejam cumpridos os prazos estipulados em contrato escrito ou verbal, também pode ser cobrada nos juizados especiais. Outros casos de cobrança previstos na lei são:

– alugueis atrasados poderão gerar o despejo do devedor do imóvel que está sendo locado por ele, e também o despejo para o uso próprio do locador;

– a compra e venda de bens, como automóveis, equipamentos, utilidades domésticas, máquinas e outros, que sejam entregues com defeito, de forma diferente da combinada ou que não tenham sido entregues;

– as quantias relativas aos danos morais ou materiais decorrentes de agressões ao patrimônio ou à pessoa;

– cheques com insuficiência de fundos, notas promissórias não resgatadas no prazo do vencimento, execução de dívidas em geral, havendo ou não o título judicial;

– empréstimos de bens ou dinheiro que não tenham sido devolvidos, havendo somente provas testemunhais, também podem ter sua ação proposta nos juizados. Se houver o título (cheque, nota promissória ou qualquer outro papel assinado pelo devedor), isso facilitará a cobrança;

– o despejo de imóvel rural, instituído pela Lei n. 9.245, de 26.9.91, deverá ser processado pelo rito sumário; portanto, poderá ser interposta ação nos juizados especiais cíveis;

– honorários advocatícios ou de profissionais liberais, ressalvando o disposto em legislação especial;

– ações relativas ao Direito do Consumidor; inscrição indevida do nome no Serviço de Proteção ao Crédito (SPC, Serasa);

– as ações relativas ao arrendamento rural e à parceria agrícola, qualquer que seja o valor;

– ação de despejo, para uso próprio, independentemente do valor;

– cobrança do condômino referente às somas relativas a despesas devidas ao condomínio;

– ressarcimento por danos em prédio urbano ou rústico;

– cobranças feitas por microempresas e empresas de pequeno porte (Dec.-Lei n. 3.474/00);

– e, por fim, a cobrança de seguro relativo aos danos decorrentes de acidente com veículo automotivo.”<sup>11</sup>

Afinal, a União realiza contratos administrativos para obter bens e serviços da mais variada gama: é condômina, é locatária, envolve-se em acidentes de trânsito, presta serviços públicos, e seus servidores civis, bem assim os militares, com frequência com ela controvertem acerca de acidentes no serviço, pagamento de vencimentos e demais verbas remuneratórias, cômputo de tempo de serviço (notadamente ficto, antes da vigência da Emenda Constitucional nº 20/98) para aposentadoria, tempo para aquisição de estabilidade, enfim, um universo de situações perfeitamente dimensionáveis no pedido de uma ação da competência dos JEFs.

O artigo 17 da Lei n. 9.099/95 confere a possibilidade de obter o máximo de informalidade e celeridade, na medida em que a própria Secretaria Judiciária se mobiliza, sem a interveniência do juiz togado, para que o conciliador (ou juiz leigo, se assim for admitido) promova

a sessão de conciliação. JOSÉ MARIA ROSA TESHEINER aborda o assunto:

“A Lei prevê duas hipóteses que hão de ser raras:

1 – A presença do réu na mesma oportunidade em que o autor apresenta seu pedido, caso em que se instaura imediatamente a sessão de conciliação (Lei 9.099/95, art. 17).

2 – O comparecimento simultâneo de duas partes, cada uma formulando pedido contra a outra (Lei 9.099/95, art. 17, parágrafo único), caso em que igualmente se instaura desde logo a sessão de conciliação. Não havendo conciliação, na subsequente sessão de instrução e julgamento fica dispensada a contestação formal. Supõe-se, aí, pedidos contrapostos, como no caso de ações fundadas no mesmo acidente de trânsito, cada parte imputando à outra a responsabilidade pelos danos que sofreu.”<sup>12</sup>

Com razão o citado autor, pois:  
a) dificilmente a administração terá como se fazer presente em tais circunstâncias, seja porque é improvável oportunizar-se tal evento (parte autora e ré/administração no *momento* do ajuizamento), seja porque àquele ensejo a ré estará carente de informações, a serem obtidas supervenientemente por seu advogado, em rotinas que consomem considerável dose de tempo; b) na segunda hipótese, não haverá pedidos con-

11 DEMÔNICO, Sandra R. Fiuza. *Juizados especiais cíveis na visão de uma conciliadora*, p. 109-110.

12 *Juizados especiais federais cíveis*, in: Página de direito, edição de 17/8/01.

trapostos envolvendo a administração, a qual nunca poderá ser *autora* em tais juizados.

No que respeita à União como ré, os artigos 16 e 17 daquela Lei, contudo, poderão ser a solução quando funcionarem os novos juizados *ambulantes*, especificamente aqueles que se deslocam ao local da ocorrência (como no caso de acidente de veículo), pois diante da possibilidade da culpa exclusiva do demandante, a administração viria a juízo não propriamente para se defender, antes para formular *pedido contraposto* (artigo 31, *in fine*, da Lei n. 9.099/95), o que, de certa forma, traduz uma *demandia contraposta*, equivalente à *demandia simultânea e contraposta*, então praticada nos antigos juizados de pequenas causas (Lei n. 7.244/84). A decisão poderá assumir vários matizes, pois:

*“(...) tanto poderá ser dada sentença condenando um dos litigantes como o outro, bem como sentença que condene ambos (concurso de culpas, cada qual arcando com metade do prejuízo sofrido pelo outro); evidentemente, também pode acontecer que nenhum dos dois seja condenado, o que terá lugar se não ficar provada a culpa de qualquer deles, nem houver motivo para ser presumida. Tais as possibilidades da ‘mesma sentença’ que, nos termos do pa-*

*rágrafo do art. 17, julgará os pedidos contrapostos.”*<sup>13</sup>

### 3. Inépcia da inicial

Das petições ineptas, dá conta o parágrafo único do artigo 295 do CPC. Quer parecer que o elenco ali colecionado não seja taxativo, visto que há outras petições *inaptas*, não arroladas como *ineptas*, das quais são exemplos as apócrifas (sem assinatura), e as que não indicam o valor da causa.

Difícil, senão impossível, admitir-se a sistemática rejeição de uma inicial por inepta nos juizados especiais federais cíveis, mormente quando o pedido não tiver sido elaborado por um advogado. Ao serventário encarregado da sua produção<sup>14</sup>, ao juiz, ao advogado da administração (por que não?), enfim, a todos os que intervierem no processamento da ação, é feito o apelo em torno do resgate de uma inicial que se revele inepta, quase tudo podendo ser feito para que o autor possa prosseguir, desde que não haja prejuízo para a defesa. Não raro o advogado da administração/ré (ou preposto/representante desta para a causa) já conhece o que quer o autor/seu servidor (ou ex-servidor), o qual, eventualmente, não soube se expressar na formulação do pedido. Em nada afeta a ética que, em audiência, sob a presidên-

13 DINAMARCO, Cândido Rangel. *Manual dos juizados cíveis*, p. 116-117.

14 Artigo 14 da Lei n. 9.099/95: “O processo instaurar-se-á com a apresentação do pedido, escrito ou oral, à Secretaria do juizado.”



cia do magistrado, se converse com o demandante para definir o que ele realmente quer, e assim se emende a preambular, desde que garantido o direito de ampla defesa da administração. Nessa linha a doutrina:

*“O que se pretende é fazer um alerta aos operadores do microsistema, em particular aos magistrados, no que concerne a análise do requisito insculpido no art. 14, III, da Lei 9.099/95, notadamente quando a inicial não vem firmada por advogado e a causa não se enquadra naquelas hipóteses definidas no art. 259 do CPC, oportunidade em que as correções poderão ser feitas de maneira mais flexível, quiçá por mais de uma vez, no decorrer do próprio processo, ou mesmo ao final, evitando-se, desta forma, o indeferimento da peça inaugural.”*<sup>15</sup>

#### 4. Cumulação de pedidos

Preliminarmente, impõe-se rever o instituto da *cumulação de ações*, gênero do qual a *cumulação de pedidos* é espécie. “...*Cúmulo significa, fundamental e sinteticamente, o exercício de várias ações no mesmo processo, (...)*”<sup>16</sup> Essa reunião de múltiplas ações em um único processo se dá em função dos chama-

dos *elementos da ação* (partes, causa de pedir e pedido).

Quando ocorre em decorrência do elemento de ação *parte*, a matéria encontra solução no *litisconsórcio* (artigo 46 e seguintes do CPC). Com efeito, havendo mais de uma pessoa no pólo processual judicial, pressupõe-se que haja mais de uma ação: quando, por exemplo, dois ou mais servidores federais ingressam em juízo postulando adicional de insalubridade, é porque cumulam ações que poderiam ter sido ajuizadas isoladamente. Aliás, “no âmbito do litisconsórcio facultativo (simples ou comum) se situam, na realidade, as questões pertinentes à *cumulação subjetiva de ações*. *Litisconsorciando-se autores, ou réus, na mesma demanda, em face de razões de conveniência, eles mantêm independentes, em relação uns aos outros, as ações materiais.*”<sup>17</sup> “Diversamente, no litisconsórcio necessário, ainda segundo Liebman, existe ação única. Vale dizer que, se certo direito material tocar a mais de uma pessoa, devendo efetivá-lo em conjunto, a demanda proposta com semelhante escopo agasalha somente uma ação.”<sup>18</sup> Tal cúmulo é denominado *subjetivo*.

15 TOURINHO NETO, Fernando da Costa; FIGUEIRA JR., Joel Dias. *Juizados especiais federais cíveis e criminais*, p. 255.

16 ASSIS, Araken de. *Cumulação de Ações*, p. 23.

17 ASSIS, Araken de. *Cumulação de Ações*, p. 162.

18 ASSIS, Araken de. *Cumulação de Ações*, p. 133.

No que respeita à cumulação pelo elemento da ação *causa de pedir* (denominada cumulação objetiva *causal*), haverá tantas ações quantas sejam as causas de pedir: se o autor pleiteia em juízo vínculo com a União, porque entende ter sido *temporariamente contratado* (conforme o disposto na Lei n. 8.112/90) e não ter fruído o correlato descanso anual remunerada (férias), reúne duas situações fáticas que retratam duas causas de pedir. Será cumulação causal *sucessiva*, quando o juiz só pode conhecer da segunda causa, tendo acolhido a primeira (é o exemplo supramencionado, pois somente se tiver reconhecido aquela contratação temporária examinará a segunda causa, qual seja, a relativa a férias). Será cumulação causal *simples*, quando o juiz puder examinar a segunda, independentemente de ter rejeitado a primeira: o locador busca em juízo a rescisão contratual contra a locatária União por infringência a três cláusulas, cada qual configurando *uma* causa de pedir e assim resultando em *três* ações em um só processo.

O macrossistema adotou a teoria da substanciação, pela qual não basta a afirmação da relação (ou situação) jurídica (a locação, por exemplo), mas, além dela, é necessária a sua substanciação (*qual* locação, por exemplo). O Código de Processo Civil em algumas oportunidades dá rigidez à aplicação des-

sa teoria, como se tem do artigo 908: “...*exporá o autor* (ação de anulação e substituição de títulos ao portador), *na petição inicial, a quantidade, espécie, valor nominal do título e atributos que o individualizem, a época e o lugar em que o adquiriu, as circunstâncias em que o perdeu e quando recebeu os últimos juros e dividendos (...)*”. Assim também, embora de forma implícita, o artigo 1.102 *a*, pois obviamente não bastará a anexação da prova escrita para a ação monitória, sendo indispensável a exposição da relação jurídica de direito material em que tal prova se funda.

Registre-se, por oportuno, que embora o § 1º do artigo 14 (*II – os fatos e os fundamentos, de forma sucinta*) da Lei n. 9.099/95 não cogite de genuína *causa de pedir* (no sentido que tem o artigo 282 do CPC: (*III – o fato e os fundamentos jurídicos do pedido*)), não padece de dúvida a conclusão de que ao autor incumbirá formular a situação de fato, *in concreto*, resultante da qual emerge o seu pedido.

Já a cumulação de pedidos decorre da formulação de mais de um pedido em um mesmo processo, sendo tantas ações quantos sejam os pedidos. O pedido pode ser: *unitário* ou *cumulado*. O pedido unitário será: a) *fixo* (há um único pedido, e o réu não tem outro modo de cumpri-lo, senão o indicado na inicial); b) *alternativo* (ocorrente nas denominadas obrigações alternativas: o

pedido é um só, mas o réu pode cumprim-lo de mais de um modo, como dispõe o artigo 288 do CPC).

Na cumulação de pedidos, o autor poderá indicar na sua inicial: a) *mais de um* pedido, para receber *todos* (esse tipo de cumulação é chamado de *própria* e se subdivide em a-1) *simples* (os pedidos podem ser atendidos de forma isolada: há autonomia entre eles); a-2) *sucessiva* ou *sucessiva eventual*<sup>19</sup> (o autor só receberá o 2º pedido se antes puder receber o 1º; existe uma *prejudicialidade* entre o primeiro pedido e o segundo); b) *mais de um* pedido para receber *qualquer deles*, mas apenas *um deles* (essa situação, na verdade, não é uma cumulação de pedidos e por isso é chamada de *imprópria* ou *alternativa eventual*<sup>20</sup>, conforme dispõe o artigo 289 do CPC).

A cumulação de pedidos (também denominada de *objetiva*) “é um fenômeno menos extenso do que o fenômeno da cumulação “de ações”, pois enquanto nesta se acumulam duas ações, com seus respectivos pedidos, num mesmo processo, naquela se acumulam dois pedidos numa mesma ação, e também num mesmo processo. Exemplo de ações acumuladas é a ação de alimentos com a ação declaratória incidental de reconhecimento de paternidade.”<sup>21</sup>

Nos juizados especiais a cumulação de pedidos não tem a amplitude ocorrente no CPC, pois, enquanto que nesse ela se verificará *ainda que entre eles não haja conexão* (artigo 292 *caput*), naqueles os pedidos poderão ser cumulados, *desde que conexos* (artigo 15 da Lei n. 9.099/95).

A matéria *cumulação de ações* não oferece dificuldades no âmbito dos juizados especiais, até porque admite o litisconsórcio – artigo 10 da Lei n. 9.099/95 e assim dá trânsito à cumulação *subjetiva* de ações – e pluralização de pedidos: “os pedidos (...) poderão ser alternativos ou cumulados; nesta última hipótese, desde que conexos e a soma não ultrapasse o limite (...)” (artigo 15 da mesma Lei).

## 5. Valor do pedido

Chama a atenção o fato de a Lei n. 9.099/95 não mencionar *valor da causa* e sim o *objeto e seu valor*. O dispositivo (artigo 14, § 1º, III) permite não seguir as regras do CPC toda vez que isso possa levar à exclusão do autor dos novos juizados, pois:

*“Situações injustas poderiam surgir, por exemplo, para o contratante que estivesse pleiteando um valor inferior a quarenta salários mínimos, decorrente da nulidade de um con-*

19 Segundo terminologia cunhada por Ovídio Baptista da Silva em seu *Curso de Processo Civil*, volume 1, p. 178.

20 Idem, p. 176.

21 CARREIRA ALVIM, José Eduardo. *Juizados especiais federais*, p. 162.

*trato de consumo, de valor superior a quarenta salários mínimos, se o magistrado se vinculasse, diretamente, às normas do CPC, especialmente àquela que diz que o valor da causa será o do contrato, quando o litígio versar sobre a validade do negócio jurídico (art. 259, inciso V). Para evitar isso, seguindo os princípios da simplicidade e da informalidade, orientadores do processo nos Juizados Especiais, o juiz deverá considerar valor da causa, para efeito de verificação da competência, o valor do objeto do pedido, isto é, o correspondente ao benefício econômico que o autor poderia experimentar, no caso de procedência de seu pedido. Não é à toa ter resultado do III Encontro Nacional de Coordenadores de Juizados Especiais, realizado em Curitiba, em maio de 1998, a Conclusão Cível n. 6, cuja redação é a seguinte: 'Diante dos critérios especificados no art. 2º da Lei n. 9.099/95, o valor da causa do Sistema dos Juizados deve corresponder à pretensão econômica existente no momento da propositura da ação, desconsiderando-se o valor do contrato, ainda que este venha a ser rescindido. Levar-se-á em conta o objeto mediato, o bem postulado.'*<sup>22</sup>

Os enunciados adiante mencionados, produzidos pelos juizados estaduais, servem como orientação para a nova justiça.

**ENUNCIADO 2 – SANTA CATARINA –** *Havendo cumulação de pedidos de causa definida em razão da*

*matéria e outra, v.g., de natureza indenizatória, líquida, a pretensão cumulativa não poderá ultrapassar a quarenta salários-mínimos, havendo presunção de renúncia da pretensão no que exceder deste limite (art. 3º, e art. 15).*

**ENUNCIADO 21 – SANTA CATARINA –** *A apresentação do pedido, escrito ou oral, dispensa a discussão dos fatos e a sustentação de tese jurídica. Suficiente, de forma resumida, é o relato do essencial.*

**ENUNCIADO 19 – SANTA CATARINA –** *Instaurar-se-á o processo com a apresentação do pedido, escrito ou oral, à Secretaria do Juizado, mas apenas com a citação válida baverá a interrupção da prescrição, coisa litigiosa e mora do devedor.*

**ENUNCIADO 24 – SANTA CATARINA –** *Apesar do silêncio da Lei 9.099/95, constatando o Juiz togado defeitos ou irregularidades na apresentação do pedido, escrito ou oral, capazes de dificultar a composição do litígio, determinará que o autor o emende ou complete, no prazo de dez (10) dias.*

**ENUNCIADO 5 – I ENCONTRO JUÍZES JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS DA CAPITAL E GRANDE SP -** *A apresentação de documentos no Juizado Especial Cível não precisa ser feita no momento da apresentação da distribuição da causa. (Por unanimidade).*

ENUNCIADO 18 – I ENCONTRO JUIZES JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS DA CAPITAL E GRANDE SP – *Cabe a apreciação do pedido implícito, desde que pressuposto para a apreciação do pedido expresso.* (Por maioria).

ENUNCIADO 25 – I ENCONTRO JUIZES JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS DA CAPITAL E GRANDE SP – *Pode o Autor aditar o pedido até a audiência de instrução, reabrindo-se oportunidade para defesa.*

ENUNCIADO 39 – VII ENCONTRO-ES-MAIO/2000 – *Em observância ao art. 2º da Lei 9.099/95, o valor da causa corresponderá à pretensão econômica objeto do pedido.*

ENUNCIADO 39 – FONAJE-mar/2001 – *Em observância ao art. 2º da Lei 9.099/95, o valor da causa corresponderá à pretensão econômica objeto do pedido.*

ENUNCIADO 22 – SANTA CATARINA – *A apresentação do pedido, escrito ou oral, pode ser dirigido contra pessoa incerta ou desconhecida, porém seu endereço é indispensável.*

## 6. O pedido do dano moral

Largamente discutido pela doutrina, acolhido por boa parte da jurisprudência, atualmente a indenização do dano moral é pacificamente admitida em juízo por força de expressa disposição legal. Contra a União são frequentes os pleitos nesse sentido,

havendo excepcionalmente algumas (*pesadas*) condenações em desintonia com a realidade, embora firmadas por coisa julgada.

Nos JEFs, os pedidos de dano moral também ocorrerão com significativa incidência, que irão desde os já consagrados pela experiência consolidada em nossos tribunais, até aqueles ora em fase de verdadeiros *ensaios*, podendo-se citar casos concretos relativos à epidemia da *dengue*, em que as pessoas se entendem vítimas de tal dano, paralelamente ao patrimonial; e o da *mora legislativa*, porque a União não produz em tempo considerado razoável a lei que cuida do aumento de vencimentos.

Linhas adiante se voltará ao tema (em tópico específico), cumprindo por ora destacar uma certa tendência à indesejável *formatação* judicial de tal dano: a ação tem como pedidos a indenização do prejuízo patrimonial e correlato dano moral; considerando que aquele tem valor aquém do limite de sessenta salários mínimos, mas, somado a esse, em muito o excede, o autor se sente tentado a *renunciar* (artigo 17, § 4º da Lei n. 10.259/01) ao que sobeja. Dir-se-á: mas isso está autorizado pela lei (aliás, pela própria Constituição Federal), e além de tudo implica verdadeira *economia* para os cofres públicos, na medida em que os valores renunciados deixam de ser pagos. Ocorre que a mecânica da condenação por danos

morais em tais bases vai *banalizar* sua apreciação, pois consabido é que quase tudo, em tese, traz a lume a idéia de *algum* dano moral. Tama-nha é a preocupação por este ângu-lo, que o STJ já chamou a si o exa-me do *valor* do dano moral, sobre-modo para que seja de alguma for-ma padronizada a interpretação do direito federal material (por exem-plo o artigo 186 do Código Civil).

E o que fazer, quando o autor cindir a discussão, ajuizando o dano patrimonial nos juizados especiais federais cíveis, mas levando para a justiça federal comum o seu pleito de dano moral<sup>23</sup>? Não conforta ao direito ensinar a possibilidade de duas sentenças díspares sobre uma mesma situação: se a hipótese do dano moral pressupõe, no caso con-creto, o patrimonial, como compre-ender a sobrevivência daquele, se esse inexistir? É de se esperar que, em face dessa situação, não seja a cisão tolerada. E, se o for, fará sur-gir outra sorte de dificuldade: é que, regra geral, diante da conexão ou continência, ao juiz do processo mais recente incumbe redirecioná-lo ao juiz do processo mais antigo.

Ocorre que nos juizados especiais não há essa possibilidade, pois o caminho é a extinção do feito sem julgamento do mérito (artigo 51,II, da Lei n. 9.099/95). Embora a co-nexão ou continência não sejam pressupostos processuais, mas sim *temas processuais*<sup>24</sup> que atinem, aí sim, com o pressuposto da *compe-tência*, e sendo elas *causas* (e não *critérios*) modificadoras da competên-cia, *qualquer* alteração de competên-cia (pela conexão ou continência motivada) estaria a requerer a ex-tinção do feito sem julgamento do mérito. O redirecionamento do feito à Justiça Comum, no caso, parece não guardar coerência com o disposto nas leis da *nova* Justiça, pois remeteriam para lá uma inicial desguarnecida das exigências do artigo 282 do CPC, em prejuízo do autor.

## 7. Dano moral e suas bases

Constitucionalmente previsto (ar-tigo 5º, V e X), jurisprudencialmente sumulado (verbete 37 do STJ) e ex-pressamente estabelecido pela lei<sup>25</sup>, é o dano moral, até mesmo isolada-mente, indenizável em juízo.

23 Saliente-se que, de acordo com a redação do artigo 186 do atual Código Civil, a pessoa pode postular exclusivamente o dano moral, o que permite supor possa adiante (até em justiça diversa da que antes demandou) o dano patrimonial.

24 Ver doutrina sobre o assunto em Moacyr Amaral Santos, *Primeiras linbas de direito processual civil*, vol. I, p. 254-257. Para o Autor, a conexão não é pressuposto processual e sim *tema processual*; também não é *critério* para determinação de competência, mas, sim, *causa* para tal determinação. Para ele, a continência é *espécie* do *gênero* conexão.

25 “*Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.*” (Artigo 186 do novo Código Civil, Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002).

Ele se desdobra em outras formas de dano, destacadamente o assédio sexual<sup>26</sup>; a Lei Complementar n. 11.487, do Estado do Rio Grande do Sul, estabelece – em seu artigo 3º – que, “*A prática de assédio sexual será punida, no caso de servidores civis, nos termos do Estatuto e Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Estado do Rio Grande do Sul, Lei Complementar n. 10.098, de 03 de fevereiro de 1994, e, no caso de servidores militares, nos termos da legislação própria, (...)*”, prevendo como circunstâncias que sempre agravam a pena, dentre outras, a superioridade hierárquica do agente e a prática contra usuário do serviço público ou contra pessoa mantida sob a guarda de instituição estadual (item III, letras “a” e “b” do mesmo artigo).

O assédio moral é daquelas práticas que em tese indesejavelmente poderão por vezes habitar condutas funcionais, tais como a de chefes ou mesmo colegas de trabalho, quando vitimam o servidor injuriando-o, xingando-o, intranquilizando-o, verbalmente ou por escrito, com injustificadas ameaças, proibindo-o de falar com seus pares, ridicularizando-o, humilhando-o com trabalhos reconhecidamente aquém de sua capacitação, ou promovendo constantes e desnecessárias

transferências de posição de trabalho ou mesmo de estabelecimento, ficando revelado o indevido intuito punitivo disso. Incumbe à administração, mediante procedimentos administrativos/disciplinares, apurar o ocorrido, facultado ao prejudicado, servidor ou não, buscar amparo no Judiciário, notadamente os novos juizados, quando o valor pleiteado estiver contido em até sessenta salários mínimos.

Ao formular o pedido de dano moral, deve o autor levar em conta que diversamente da experiência haurida na Justiça Comum, precisará oferecer um valor certo e determinado já na formulação do seu pedido, pois nos juizados especiais não há o menor lugar para a iliquidez de uma sentença, situação que se entremostra pela falta de um ou mais dos seguintes aspectos: *an debeatur* – a existência da dívida; *cui debeatur* – a quem se deve; *quis debeatur* – quem deve; *quid debeatur* – o que é devido; e *quantum debeatur* – a quantidade devida.

De regra, o juiz do processo de conhecimento (da Justiça Comum) estima o valor do dano moral, mesmo diante da omissão do autor; além disso, eventual iliquidez será dissipada na fase seguinte, observadas as formas de liquidação de sentença, seja por meio de vistoria,

26 Matéria publicada na edição de 11.12 e 13 de julho de 2003, do *Jornal do Comércio*, de Porto Alegre, na coluna *Espaço Vital*, refere decisão judicial em que a Justiça do Trabalho (TRT da 4ª Região, RO n. 00967.013/3) condenou em R\$ 50.000,00 a empregador, porque seu gerente assediou sexualmente (abraços, beijos na cabeça e beliscões) ex-empregada.

arbitramento ou exame, seja por artigos (presença de fato novo).

Também nos JEFs, o pedido de dano moral deve vir fixado pelo autor, não podendo ele pedir ao juiz que por ele assim o faça. Esse é o entendimento de Jorge Alberto Quadros de Carvalho Silva:

*“Posicionamo-nos contra a possibilidade de o autor requerer ao juiz que arbitre uma indenização por danos morais, já que o art. 14, § 1º, inciso III determina que do pedido conste o objeto e seu valor. O reclamante, querendo uma indenização por danos morais, deverá fazer constar de sua reclamação não só o pedido de indenização, mas também o valor dela. Deverá ele próprio fornecer ao Judiciário o valor que entenda justo receber, para o caso de ser acolhido o seu pedido indenizatório. Aliás, quem seria mais capacitado que o próprio autor, para saber a expressão monetária mais próxima de uma reparação para tal tipo de indenização?”*<sup>27</sup>

A fixação desse dano sempre encontrará limite nos sessenta salários mínimos. Mesmo assim, preocupa sua mensuração, a fim de que seu valor

não passe a resultar, automaticamente, de uma rotineira *conta de chegada* do tipo: dano patrimonial X reais; dano moral: o equivalente a sessenta salários mínimos menos X reais. A possibilidade dessa *banalização* sequer é evitada, pelo fato de o seu *quantum debeatur* freqüentemente possuir altos valores, pois em conduta processual o autor trata de delimitá-lo, quando expressamente – na inicial já *renuncia* o que ao valor competencial exceda, superando assim discussão em torno dessa competência.

Esses raciocínios, inferidos da aplicação de *critérios* variados em torno da fixação do valor do dano moral, são – porém – produto da existência de lacuna legal nesse sentido, pois a *possibilidade* de condenar alguém a indenizá-lo, sem o estabelecimento de parâmetros, objetivamente considerados, estará sempre presente, ainda que o STJ avoque para si decisões dos tribunais<sup>28</sup>, com o objetivo de uniformizar um direito federal contido em norma com tamanha elasticidade.

Talvez uma contribuição legislativa limitando valores de acordo com a

27 *Lei dos juizados especiais cíveis anotada*, p. 71.

28 “CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. SEQÜELAS. DANO MORAL. QUANTUM. CONTROLE PELA INSTÂNCIA ESPECIAL. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. PECULIARIDADES DO CASO. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. ENUNCIADO N. 282, SÚMULA/ STF RECURSO PARCIALMENTE ACOLHIDO.

I – O valor da indenização por dano moral sujeita-se ao controle do Superior Tribunal de Justiça, sendo certo que, na fixação da indenização a esse título, recomendável que o arbitramento seja feito com moderação, proporcionalmente ao grau de culpa, ao nível socioeconômico dos autores e, ainda, ao porte econômico dos réus, orientando-se o juiz pelos critérios sugeridos pela



gravidade da ofensa possa ajudar nesse intento; é o que se tem do projeto de lei do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça, agora já com substitutivo do Senador Pedro Simon, aqui se transcrevendo parte do ato o qual na seqüência vai à votação na Câmara Federal:

“(…)

Art. 7º – Ao apreciar o pedido, o juiz considerará o teor do bem jurídico tutelado, os reflexos pessoais e sociais da ação ou da omissão, a possibilidade de superação física ou psicológica, assim como a extensão e duração dos efeitos da ofensa.

§ 1º – Se julgar procedente o pedido, o juiz fixará a indenização a ser paga, a cada um dos ofendidos, em um dos seguintes níveis:

I – ofensa de natureza leve: até vinte mil reais;

II – ofensa de natureza média: de vinte mil reais a noventa mil reais;

III – ofensa de natureza grave: de noventa mil reais a cento e oitenta mil reais.

§ 2º – Na fixação do valor da indenização, o juiz levará em conta, ainda, a situação social, política e econômica das pessoas envol-

vidas, as condições em que ocorreu a ofensa ou o prejuízo moral, a intensidade do sofrimento ou humilhação, o grau de dolo ou culpa, a existência de retratação espontânea, o esforço efetivo para minimizar a ofensa ou lesão e o perdão, tácito ou expresso.

§ 3º – A capacidade financeira do causador do dano, por si só, não autoriza a fixação de indenização em valor que propicie o enriquecimento sem causa, ou desproporcional, da vítima ou de terceiro interessado.

§ 4º – Na reincidência, ou diante da indiferença do ofensor, o juiz poderá elevar ao triplo o valor da indenização.

*Art. 8º – Prescreve em seis meses o prazo para o ajuizamento de ação indenizatória por danos morais, a contar da data do conhecimento do ato ou omissão lesivos ao patrimônio moral.*<sup>29</sup>

Paradoxalmente, poucos enunciados há sobre tão importante tema:

ENUNCIADO XXIV – I ENCONTRO MAGISTRADOS JUIZADOS ESPECIAIS – RIO DE JANEIRO – OUT/97 – *É possível em sede de Juizados Especiais Cíveis pedido referente exclusivamente a dano mo-*

---

doutrina e pela jurisprudência, com razoabilidade, valendo-se de sua experiência e do bom senso, atento à realidade da vida e às peculiaridades de cada caso.

(…)”

(RESP. n. 187.283 – PB. Superior Tribunal de Justiça, j. 24/11/1998, rel. Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira). Extraído do Diário da Justiça da União, seção 1, de 22 de março de 1999.

29 Matéria publicada sob o título *Reparações pelo dano moral terão teto de R\$ 180 mil*, extraída da coluna *Espaço Vital*, de Marco Antônio Birnfeld, p. 27 do Jornal do Comércio, Porto Alegre, 4 de junho de 2002.

*ral, limitado o valor de 40 salários mínimos. (Por unanimidade).*

ENUNCIADO 17 – I ENCONTRO JUIZES JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS DA CAPITAL E GRANDE SP - *Pedido de indenização por danos morais pode ser apreciado pelo Sistema dos Juizados Especiais. (Por maioria).*

ENUNCIADO 69 – FONAJE-mar/2001 – *As ações envolvendo danos morais não constituem, por si só, matéria complexa.*

## 8. Conclusão

Como se vê, o assunto pedido enseja amplo exame, aqui apenas tangenciado, antes como desafio a todos os estudiosos da matéria, para que – assim se espera – não receba tratamento no nível do macrosistema, com o qual não deve guardar profunda relação, sob pena de desnaturar os juizados especiais, estes criados para processá-lo e julgá-lo, em nome de uma nova justiça.

## Bibliografia

- ASSIS, Araken de. *Cumulação de Ações*. 4ª edição revista e atualizada. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.
- BIRNFELD, Marco Antônio. Reparações pelo dano moral terão teto de R\$ 180 mil. *Jornal do Comércio*, Porto Alegre, 4 de junho de 2002, Espaço Vital, p. 27.
- \_\_\_\_\_. Dano moral. *Jornal do Comércio*, Porto Alegre, 11, 12 e 13 de julho de 2003, Espaço Vital, p. 28.
- CARREIRA ALVIM, José Eduardo. *Juizados especiais federais*. Rio de Janeiro: Forense, 2002.
- DEMÔNICO, Sandra R. Fiuza. *Juizados especiais cíveis na visão de uma conciliadora*. Brasília: Brasília Jurídica, 2001.
- DINAMARCO, Candido Rangel. *Manual dos juizados cíveis*. 2ª ed. São Paulo: Malheiros, 2001.
- FIGUEIRA JR., Joel Dias e TOURINHO NETO, Fernando da Costa. *Comentários à lei dos juizados especiais cíveis e criminais*, 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.
- PORTO, Sérgio Gilberto. *Coisa Julgada Civil*. 2ª ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Aide, 1998.
- ROCHA, Felipe Borring. *Juizados especiais cíveis: aspectos polêmicos da Lei 9.099, de 26/9/1995*. 2ª ed., rev. amp. e atualizada. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2002.
- SANTOS, Moacyr Amaral. *Primeiras Linhas de direito processual civil. vol. I*. 15ª ed. atual. São Paulo: Saraiva, 1992.

SILVA, Jorge Alberto Quadros de Carvalho. *Lei dos juizados especiais cíveis anotada: doutrina e jurisprudência dos 27 Estados da Federação*. 2ª ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2001.

SILVA, Ovídio A. Baptista da Silva. *Curso de Processo Civil. Vol. I*, 2ª ed. Porto Alegre: Fabris, 1991.

TESHEINER, José Maria Rosa. Juizados especiais federais cíveis. In: Página de direito. Edição de 17, ago.2001. <<http://www.tex.pro.br/wwwroot/processocivil/juizadosespeciaisfederaishistorico.htm>>. Acesso em 04/7/2002.